COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL | PREÇO AVULSO: 25$00 | ANO VI | Nº 49 FEVEREIRO 1990

Jovens timorenses de novo nas ruas de Dili

Mostrando um agudo sentido de oportunidade política - já evidenciado aquando da visita do Papa - os jovens de Dili aproveitaram a ida do embaixador norte-americano John Monjo à sua Pátria para lhe expor as suas aspirações e a do povo a que pertencem.

Mesmo sabendo, como o disseram ao representante dos EUA, que arriscavam a própria vida.

UM PEQUENO PASSEIO RELAXANTE...

Nos finais de Dezembro do ano passado, John Monjo, embaixador dos EUA em Jacarta, foi contactado por um alto funcionário do MNE indonésio que lhe insinuou uma curiosa proposta: por que não ia o srº embaixador passar uns dias na calma Dili, aproveitando para relaxar um pouco do «stress» quotidiano das chancelarias e das recepções da capital... e para mostrar ao mundo que, contrariamente ao que se dizia, tudo ali estava sereno e a população, ordeiramente, trabalhando para o «**pembangunan**» (desenvolvimento).

A ideia não deixou de seduzir o embaixador: mudava de ares, saía da poluída e sufocante Jacarta e «**dava uma mão**» aos amigos indonésios que não se tinham saído nada bem daquela história idiota da visita do Papa.

E quando lhe confirmaram a decisão da administração Suharto de substituir o comando militar do território por «**rapaziada mais civilizada**», decidiu-se, também ele, a mandar fazer as malas...

O SENTIDO DA OPORTUNIDADE POLÍTICA

O anteriormente escrito é mera ficção e qualquer semelhança com a realidade será pura coincidência. Mas se pela cabeça de algum dos ficcionados intervenientes anteriores passou a ideia de aproveitar a passagem do embaixador dos EUA por Dili - cuja visita foi efectuada por sugestão de congressistas deste país preocupados com a situação no território - para transmitir a mensagem de um Timor-Leste agradado, e agradecido, com o rótulo de «27ª província», esse alguém enganou-se rotundamente.

É por demais conhecido que John Monjo tem sido um dos apoios do regime militar indonésio junto da administração norte-americana, nomeadamente no que diz respeito à questão de Timor-Leste. Nesta circunstância, o sentido de oportunidade política demonstrado pelos jovens que se concentraram defronte do Hotel Turismo - onde se tinha instalado o embaixador - foi notável.

NESTE NÚMERO:

- **Jovens nas ruas de Dili**
- **6 de Fevereiro**
- **Indonésia: nem tudo vai bem**

Conforme testemunharam **Jenny Groves** e **John Andrew McMillan**, cidadãos australianos que presenciaram e fotografaram os acontecimentos, após o embaixador e seus acompanhantes terem entrado no hotel, cerca de uma centena de jovens - alguns deles com a cara semi-tapada por lenços - empunhando panos onde se podia ler em inglês «**Independência ou morte. Integração não!**» e «**Indonésia nunca! Saíam do nosso país!**» ocuparam a esplanada da ala A do hotel.

Minutos depois chegavam os primeiros militares, armados de espingardas automáticas M16, que invadiram o jardim defronte da esplanada, tendo-se então iniciado os primeiros confrontos com os jovens.

Os gritos e a confusão gerados levaram o embaixador até à porta do hotel, onde iniciou um diálogo com os manifestantes através de megafones. Estes começaram por lhe pedir desculpa por toda aquela agitação mas apenas pretendiam descrever-lhe os abusos dos direitos humanos perpretados pelos militares indonésios e apelar às Nações Unidas para intervir em Timor-Leste. Os manifestantes declararam igualmente que seriam perseguidos ou mortos por participarem na manifestação.

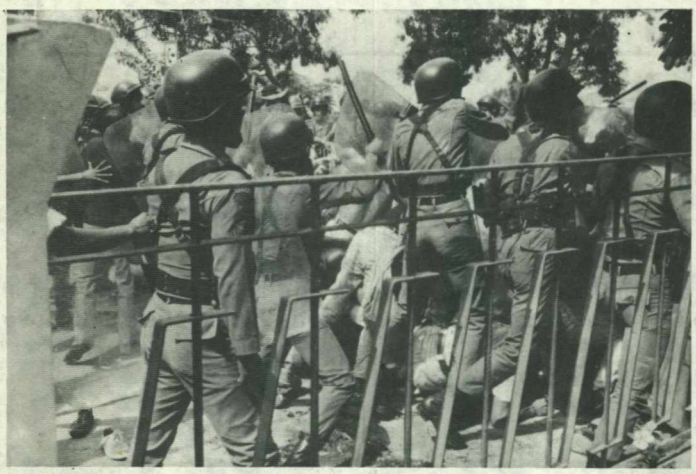
Durante este diálogo, que durou cerca de uma hora, os funcionários indonésios que acompanhavam o embaixador cooperaram com ele, transmitindo a imagem de que a liberdade de expressão era um direito adquirido e respeitado no território.

Entretanto, polícias de choque com escudos e bastões formaram um cordão na rua defronte do hotel enquanto colegas à

paisana iam fotografando e filmando, quer os manifestantes quer os simples observadores da cena, como foi o caso dos dois australianos em cujo testemunho nos estamos a basear.

Quando, finalmente, o embaixador e a comitiva abandonaram o local, os manifestantes tentaram acompanhar o carro procurando assim encontrar uma passagem segura através do cordão policial no que foram impedidos pelos «choques» e pelos militares.

Mal o carro do embaixador se distanciou, a tropa colonial, agora sob o comando de oficiais «civilizados», carregou à bastonada e à coronhada sobre os manifestantes.



OS MORTOS DA LUTA E A «LUTA» DOS MORTOS

Segundo Jenny Groves e John A. McMillan, teriam morrido dois jovens como resultado da carga militaro-policial.

As autoridades de Jacarta e quem os serve em Timor-Leste negaram, obviamente, tais mortes - a versão oficial é a de que houve dois feridos graves e seis ligeiros - no que foram corroborados quer pelo embaixador John Monjo quer pela CVI.

Em Jacarta, porém, o **Instituto para a Defesa dos Direitos Humanos afirmava que, pelo menos, três estudantes timorenses teriam morrido em consequência da repressão da manifestação e que mais seis jovens tinham sido presos. Haji Princen**, director do Instituto pediu, entretanto, ao governo indonésio uma explicação sobre as circunstâncias em que ocorreram aqueles trágicos acontecimentos.

A questão «houve-mortos/não-houve-mortos» acabou por se tornar o centro das controvérsias. As autoridades coloniais nunca irão permitir uma investigação independente dos acontecimentos e a sua prática, ao longo de todos estes anos no território, permite acreditar em todas as denúncias. Mas isto não nos deve levar a obscurecer o que os jovens manifestantes, precisamente, queriam tornar claro: **«Independência ou morte. Integração não!»**

COMUNIDADE TIMOR NA AUSTRÁLIA: RESPOSTA IMEDIATA E INCISIVA

A reacção da comunidade timorense radicada na Austrália, ao tomar conhecimento da repressão em Dili, foi imediata.

Damos a palavra ao **Hadomi**, boletim da Associação Timorense de Victoria (Austrália), que com grande vivacidade descreve o desenrolar dos acontecimentos:

«Um grupo de mais de 50 pessoas, na sua maioria estudantes, foram ao Consulado Geral da Indonésia, em Melbourne, protestar contra a ocorrência e pedir ao Cônsul Geral a justificação de continuar a matar em Timor pessoas indefesas e pacíficas só porque estas defendem, em paz, os seus direitos.»

«Os protestos começaram às 12h30 da tarde do dia 22 do corrente [Janeiro]. Um grupo de 17 jovens de ambos os sexos subiram ao 3º andar, onde está instalado o consulado e entraram no salão de espera para falarem directamente com o Cônsul indonésio. A entrevista já tinha sido marcada por telefone, porém, o Cônsul, vendo que se tratava de um protesto, recusou-se a comparecer enviando, em seu lugar, o Vice-cônsul que não foi aceite pelos jovens.»

«Enquanto isto se passava (...), cá fora, em frente ao Consulado, muitos timorenses, todos enlutados com braçadeiras de pano preto no braço esquerdo ou no peito, rodavam com cartazes alusivos ao acto de violência indonésio. Outros iam distribuindo fotocópias das fotografias e do artigo relativos à violência havida em Timor Dili aos transeuntes. E outros iam ao megafone falando sobre a causa de Timor e os actos criminosos praticados pelo governo indonésio através das suas tropas de ocupação.»

«O público, ao tomar conhecimento das razões do nosso protesto, solidarizou-se conosco por palavras reconfortantes e de muita simpatia.»

«O Consulado, provavelmente alarmado e assustado pelo vigor dos protestos, chamou a polícia que veio em quantidade descomunal (...). A polícia não conseguiu convencer a delegação a retirar-se da sala de espera, mesmo dizendo que ali era território indonésio e que se lembrasse de que estava a infringir a lei de protecção da propriedade alheia ao que a delegação teve respostas adequadas e fez perguntas que a polícia não soube responder porque era a voz da razão que falava. Mas esperou pela hora do encerramento dos serviços do consulado para pôr fora, pela força, a delegação timorense.»

«Evitaram-se reacções aos truques da polícia que procurava magoar, sem motivos, os elementos da delegação, dando pontapés, torcendo os braços com violência para os aleijar, apertando o pescoço, dando socos no peito e nas costas. A polícia prendeu o grupo e levou-o para a esquadra onde, logo em seguida, foi posto em liberdade.»

«Pela televisão foi dada uma reportagem da manifestação da Comunidade Timorense residente em Sydney no Consulado indonésio daquela cidade pela mesma razão, tendo havido violências desagradáveis mas inevitáveis pela provocação que um dos agentes do Consulado deu origem quando se enervou batendo na mesa com um cinzeiro que ali estava, levantando a voz para expulsar os timorenses que insistiam pela justificação das mortes havidas em Dili. Não houve tempo para mais. Um dos timorenses, como que electrificado pelo bater do cinzeiro, respondeu logo com um murro na face irritada do indonésio, que se armou em valente quando a polícia chegou.»

«Oito dos timorenses foram presos. Já foram soltos mas um deles irá ser julgado em Tribunal. Mesmo que venha a ser condenado não é desonra para os timorenses, antes um louvor à dignidade humana. (...).»

«Igualmente houve uma manifestação de descontentamento em Darwin mas aqui os timorenses não conseguiram entrar no Consulado devido a polícia ter ali chegado primeiro. Não deixou, no entanto, de mostrar com dignidade o repúdio da Comunidade Timorense ali residente pelos actos criminosos perpretados em Timor-Leste pelas forças da ocupação militar da Indonésia.»

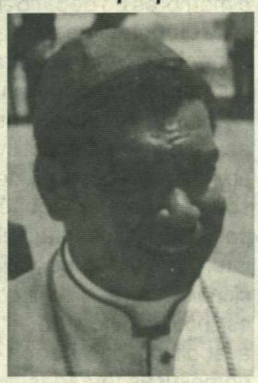
«As restantes Comunidades Timorenses espalhadas por diversas cidades da Austrália solidarizaram-se com as que tornaram públicos os seus protestos.» □

Manifestante apelando aos turistas do Hotel Turismo *para que divulguem o que se passa em Timor-Leste*

6 DE FEVEREIRO

No dia 6 de Fevereiro de 1989 o Administrador Apostólico de Dili, D. Ximenes Belo, escreveu uma carta a Pérez de Cuellar, **«como responsável da Igreja Católica e como cidadão de Timor»**, pedindo-lhe **«para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização de um REFERENDUM»**.

Nessa mesma carta escrevia o Bispo: **«O Senhor Secretário Geral é democrata e amigo dos direitos humanos. Pois sua Excelência que demonstre com factos o respeito pelo espírito e letra da Carta das Nações Unidas que concede a todos os povos deste Planeta o direito de escolherem o próprio destino, livre, consciente e responsavelmente.»**.



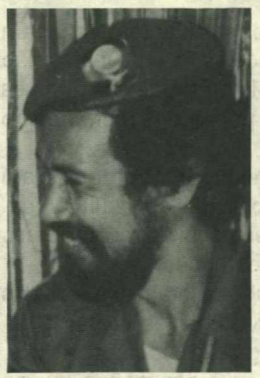
O tempo foi, entretanto, passando e à medida que ia sendo publicamente conhecido o conteúdo da carta, surgiam as manifestações de apoio ao apelo do Bispo de Dili: de dignitários da Igreja Católica, de Conferências Episcopais, de organizações de solidariedade, de instituições de defesa dos direitos humanos, da direcção da Resistência em Timor-Leste, pela mão de Xanana Gusmão.

Contrastando com este movimento, o **«democrata e amigo dos direitos humanos»** tem-se mantido silencioso. Repousado nas conversações entre Portugal e a Indonésia, crente de que a visita da delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste será a chave que abrirá a porta para uma solução negociada do conflito ...sem timorenses, Pérez de Cuellar tem-se mostrado esquecido da carta de D. Ximenes Belo.

Não que esteja só nesse esquecimento. Muitos outros, com iguais responsabilidades no processo de emancipação do povo maubere, o têm acompanhado...

Por isso a solidariedade portuguesa, e muito particularmente o grupo **A Paz É Possível em Timor-Leste**, decidiram encetar uma campanha para **«reavivar memórias»**.

No dia **6 de Fevereiro de 1990**, D. Manuel Martins, Bispo de Setúbal, foi à televisão (**Jornal das 9**/2º canal) dar testemunho da carta que D. Ximenes Belo lhe escrevera em Junho do ano passado, relatando-lhe a situação que então se vivia no território, das pressões a que se encontrava submetido e do seu desânimo por ainda não ter tido resposta do Secretário Geral da ONU. **«A questão de Timor prova que a moral, em política, é uma treta!»** disse, na ocasião, D. Manuel. Imagens da chegada da Virgem Peregrina à ilha de Ataúro, nos princípios de 1988, foram igualmente mostradas pela RTP.



No mesmo dia, tirando partido de uma cassette com uma mensagem de Xanana Gusmão para os estudantes timorenses, datada de Março de 1989, a rádio portuguesa, através da emissora TSF-RádioJornal, deu a conhecer pela primeira vez a voz do dirigente da Resistência armada timorense. E foi tal o seu impacto que, no dia seguinte, a televisão transmitiu, também ela, excertos da cassette com a mensagem de Xanana Gusmão ao mesmo tempo que passava imagens de fotografias suas.

A imprensa escrita, com destaque para o **Diário de Lisboa**, também foi sensível a esta iniciativa tendo-lhe dado um lugar de relevo.

Esta campanha não se esgotou, porém, no dias 6 e 7 de Fevereiro.

A solidariedade, portuguesa e internacional, pretende chamar a atenção para a importância que a carta do Administrador Apostólico de Dili tem na procura de uma solução negociada para o conflito, procura essa que encontrou um instrumento fundamental no Plano de Paz da Resistência apresentado por Xanana Gusmão no seu documento de 5 de Outubro.

E enquanto houver memórias **«esquecidas»** cá estaremos para as reavivar... □

Indonésia: nem tudo vai bem

Diversos sinais de instabilidade e novos alinhamentos no tecido socio-político da Indonésia têm surgido nos últimos tempos, ainda que timidamente, revelando algum desconforto com o sistema que Suharto tem vindo a impôr.

São cada vez mais audíveis as vozes que reclamam maior abertura do regime consubstanciada, principalmente, na reforma do sistema eleitoral visando, indirectamente, o modo de escolha do Presidente.

O mais importante apelo de mudança veio do ex-general Sumitro, que Suharto obrigou a resignar em 1974, mas mesmo no seio da representação militar no Parlamento se podem ouvir as vozes discordantes.

De uma forma sintética, as reivindicações podem ser resumidas a três pontos chave:

- fim do sistema de lista única partidária para as eleições parlanta-res;
- papel de maior relevo para o MPR - colégio eleitoral a quem compete escolher o presidente Republica;
- maior abertura da economia ao exterior.

O governador do Instituto de Defesa Nacional, general Saydiman, numa recente tomada de posição, sustentou que exceptuando os representantes das Forças Armadas no MPR, todos os restantes membros deveriam ser eleitos directamente quer nas localidades pelas assembleias parlamentares locais, quer pelos grupos socio-profissionais para os representantes desses sectores.

O coronel Rukmini da Polícia, que tem sido um dos mais insistentes críticos do sistema, referiu-se à situação política do país como enfermando da doença da centralização.

Estas declarações têm recebido respostas lacónicas de outros círculos governamentais. Porta-vozes do Golkar (partido no poder), o Ministro dos Assuntos Interiores - Rudini – e o vice-presidente Sudharmono, todos fizeram comentários às vozes críticas e, embora defendessem a necessidade de uma maior abertura do regime, nenhum a considerou o maior problema ou o problema prioritário.

Também Suharto acabou por quebrar o inicial silêncio, reagindo, em Setembro último, numa entrevista concedida no avião que o transportou a Moscovo. Nessa entrevista, Suharto defendeu que a abertura é uma realidade na Indonésia e que aqueles que dizem o contrário estão na realidade interessados em acelerar o processo da sucessão, ou seja, o processo da sua substituição. A este respeito, deixou um aviso a todos os que tentem removê-lo do cargo de forma «inconstitucional»: será implacável para com os responsáveis, sejam eles civis ou generais.

Fontes em Jacarta sustentam que esta entrevista fez subir a temperatura política na capital e levantou rumores acerca das tensões entre Suharto e o Ministro da Defesa Murdani. Chegaram a circular boatos de que Suharto tinha proibido Murdani de se ausentar do país.

ESTUDANTES PROTESTAM

Os protestos estudantis têm sido quase constantes de há uns meses a esta parte, em diversas zonas do país.

As manifestações dos estudantes estão geralmente relacionadas com questões locais com conteúdo sócio-económico como a solidariedade com os colonos e camponeses desapossados das suas terras, ou o aumento das tarifas de electricidade.

Recentemente, estas manifestações têm sido alvo das mais violentas medidas repressivas por parte das autoridades. Em Yogyacarta, em Setembro, por exemplo, Subeno e Itsi Nugroho, dois jovens estudantes foram condenados a sete e oito anos de prisão, respectivamente sob a acusação de subversão. Esta sentença foi alvo de uma enorme contestação em manifestações violentamente dispersas pelos militares. Dezenas de pessoas foram admitidas nas urgências dos hospitais, feridas com baionetas.

Na sequência desta brutal repressão, os estudantes desfilaram até ao parlamento ostentando cartazes onde se lia «Baionetas Não - Democracia Sim». Dessa vez não houve intervenção dos militares e os estudantes foram mesmo recebidos por alguns membros do parlamento provincial local.

Também em Bandung, em Agosto, os estudantes organizaram manifestações durante a visita do ministro Rudini ao Instituto Tecnológico. Rudini usava da palavra numa cerimónia de recepção aos novos alunos quando ocorreram as manifestações.

Na sequência destas acções, diversos alunos foram expulsos das escolas que frequentavam. Em resposta, os estudantes levaram a cabo uma greve às aulas reivindicando a reintegração dos companheiros.

Questionados pelos jornalistas a propósito das razões que os levaram a escolher Rudini – um ministro tido por moderado e adepto das reformas - como alvo das suas acções, os estudantes responderam que Rudini está a prestar um mau serviço à reforma.

Neste contexto, tudo indica que os apoiantes da abertura do regime se irão impondo progressivamente.

Com a contestação social crescente em diversos sectores da sociedade e as contradições a estalarem dentro do regime, tudo indica que, a breve prazo, poderão surgir transformações de alguma importância no regime indonésio.

O PAPEL DA CLASSE MÉDIA

Ironicamente, contudo, as mudanças mais significativas que se adivinham no futuro de curto e médio prazo, na Indonésia, poderão resultar do descontentamento crescente nas próprias camadas sociais que foram favorecidas pelo regime e lhe servem de base de sustentação, entre as quais se destaca pela sua importaância na estrutura económica, a classe média.

No cerne das contradições que tomam forma entre os tecnocratas e o regime protagonizado por Suharto, estão concepções distintas de modelo económico de desenvolvimento com o qual a Indonésia deverá enfrentar a década de noventa e, concretamente, a estratégia de industrialização cuja configuração se mantém inalterada há duas décadas e que se baseou num apertado sistema proteccionista e monopolista sustentado pelas contrapartidas oriundas da exportação do petróleo.

Com o colapso dos preços deste no mercado internacional cresceram as pressões internas para a abertura da economia ao exterior e o redireccionamento da produção para os mercados externos.

No entanto, mudar uma estratégia económica com vinte anos, à sombra da qual se acolhem interesses intocáveis de diversos grupos privilegiados, não parece ser tarefa fácil. Há que conjungar vontades e interesses de sectores tão diferentes como:

- nacionalistas influentes com o objectivo comum de criarem uma plataforma industrial baseada em capitais internos com a capacidade para produzir aço, automóveis, barcos, aeronaves e armamentos assim como produtos de maior consumo - que representa uma solução de continuidade na estratégia seguida nos últimos vinte anos. Deste grupo fazem parte gestores das mais importantes empresas estatais, e grande parte dos membros da administração;
- investidores de grandes indústrias como a petroquímica, o aço, o papel, os cimentos, etc., benificiárias de grande protecção e subsídios estatais. A maior parte destas indústrias eram património estatal mas, recentemente, têm vindo a admitir investidores privados;
- importadores de matérias primas e maquinaria para a produção industrial que operam sem concorrência e sem restrições pois a sua actividade é baseada em estruturas monopolistas defendidas pelo Estado. Neste grupo estão incluídos muitos dos políticos influentes e membros do poder bem como negociantes bem relacionados;
- burocratas estatais cujo poder advém da sua capacidade de controlo sobre os contratos e licenças para actividade no país de grandes corporações internacionais.

Num contexto de crise dos preços do petróleo e de necessidade de estimular a competitividade externa noutras áreas, a proposta de abertura da economia defendida pelo Banco Mundial e pelos liberais seus aliados na Indonésia tem vindo a ser reforçada. Mas estas posições representam elas próprias interesses de diversos sectores internos e externos. Os mais importantes são investidores internacionais que veem na Indonésia um importante mercado potencial para os seus produtos. No entanto, também a nível interno, a pressão para a abolição das barreiras alfandegárias é exigida por industrias domésticas forçadas a adquirir as suas matérias primas a preços exorbitantes aos importadores monopolistas.

Alguns sinais que apontam para o reforço das posições reformadoras começam já a ser visíveis. Disso são exemple medidas recentes de desmantelamento de alguns monopólios exportadores e a abertura de novas áreas da economia a investidores estrangeiros.

AS IMPLICAÇÕES POLITICAS

Mas quais serão as implicações políticas de tais desenvolvimentos?

Muito claramente elas exigirão a institucionalização de um funcionamento económico mais claro, com regras de concorrência e legislação laboral a serem observadas pelas empresas tanto estrangeiras como nacionais, um maior fluxo de comunicações entre o exterior e o interior, condições que muito dificilmente serão compatíveis com o regime antidemocrático e centralizado hoje prevalecente.

Quando a «Nova Ordem» chegou ao poder não era mais que típico regime militar a despeito de se apoiar na classe média urbana e nos terratenentes. Nos vinte anos que nos separam desse tempo, uma significativa classe média cresceu apoiada no Estado mas está hoje convencida que chegou a sua hora. Está disposta a tomar em mãos algumas das reformas cuja exigência é compartilhada por variados outros sectores da sociedade, mas sem que issi signifique a evolução para uma democracia ampla.

O que se passa é que a classe média em ascensão procura um lugar de maior relevo no sistema político, sem abrir a caixa de Pandora da Democracia de massas.

Esta contradição está patente na própria visão de Sumitro acerca da futura democracia indonésia, a que atrás se fez referência: basicamente procura-se a institucionalização de um processo mais participado para a sucessão dos órgaos de poder e formalizar a participação das camadas mais influentes da classe média sem pôr em causa o controlo político exercido pela Nova Ordem.

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 400$00 **Registo** DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317